



COMISSÃO DE REDAÇÃO

REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI Nº 062/11

SÚMULA: Dispõe sobre a inserção de textos referentes aos direitos da criança e do adolescente em impressos emitidos pelos órgãos públicos estaduais, conforme especifica.

Art. 1º. Os impressos emitidos pelos órgãos públicos estaduais deverão constar frases ou textos referentes aos direitos da criança e do adolescente, extraídos ou concernentes ao Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no caput deste artigo, entende-se por impressos: multas, notificações, impostos, taxas, contribuições de melhorias e todos aqueles destinados à comunicação social através de divulgação das ações de governo e de utilidade pública.

Art. 2º. A forma de inserção das frases ou textos nos impressos será determinada pelos órgãos responsáveis pela produção do material.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 01 de junho de 2011.


ALEXANDRE CURI
Deputado Estadual


RELATOR



COMISSÃO DE REDAÇÃO

REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI Nº 283/11

Súmula: Versa sobre a obrigatoriedade da apresentação de certidão negativa de débito inscrito em dívida ativa junto à Fazenda Pública Estadual nos casos em que dispõe.

Art. 1º - A Junta Comercial do Paraná deverá exigir dos interessados Certidão Negativa de Débito inscrito em dívida ativa junto à Fazenda Pública Estadual, nos casos de arquivamento dos seguintes atos:

- I - Alteração contratual em que haja retirada de sócios ou redução de capital de sociedades mercantis;
- II - distrato e extinção de sociedades mercantis;
- III - cancelamento de firmas individuais;
- IV - instrumentos de transformação de tipo jurídico, cisão, incorporação e fusão de sociedades.

Parágrafo único - Nas hipóteses de incorporação, fusão e cisão de sociedade, a Certidão Negativa será exigida para o arquivamento do ato da sociedade incorporada, fusionada ou cindida.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 01 de junho 2011.


ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE


RELATOR



COMISSÃO DE REDAÇÃO

REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI Nº 285/11

Súmula: Declara de Utilidade Pública a Associação para a Evolução do Basquete - APEBAS, com sede e foro no Município de Sertaneja.

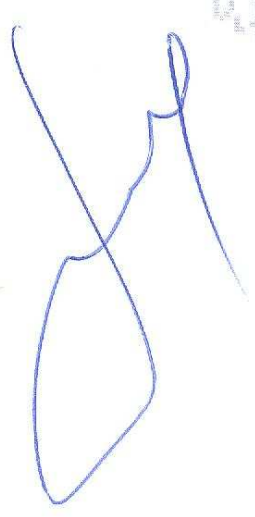
Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública, a Associação para a Evolução do Basquete – APEBAS, com sede e foro no Município de Sertaneja.

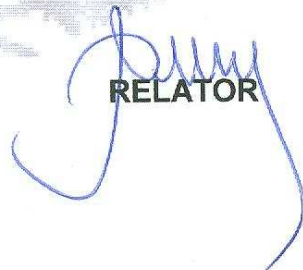
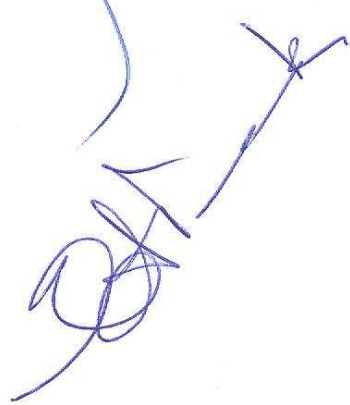
Art.2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

Sala das Comissões, em 01 de junho de 2011.


ALEXANDRE CURI
Deputado Estadual


RELATOR



GABINETE DO GOVERNADOR

**PROJETO DE LEI N.º 360/2011**

Súmula: Transforma cargos de provimento em comissão da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL, da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP e do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES.

Art. 1º - Ficam transformados os seguintes cargos de provimento em comissão integrantes do Quadro de Servidores do Poder Executivo do Estado do Paraná:

I – na Secretaria de Estado do planejamento e Coordenação Geral - SEPL: 2 (dois) cargos de Assessor Técnico, símbolo DAS-2, 3 (três) cargos de Gerente de Programa, símbolo DAS-2, 4 (quatro) cargos de Assistente Técnico de Área-GPS, símbolo 2-C e 2 (dois) cargos de Assistente Técnico, símbolo 2-C em 8 (oito) cargos de Assessor, símbolo DAS-5, 2 (dois) cargos de Assistente Técnico, símbolo 1-C, 1 (um) cargo de Assistente Técnico de GPS, símbolo 2-C e 2 (dois) cargos de Assistente, símbolo 11-C.

II - na Secretaria de Estado de Administração e Previdência – SEAP: 4 (quatro) cargos de Assistente Técnico de Área – GAS, símbolo 2-C, 4 (quatro) cargos de Assistente Técnico de Área – GRHS, símbolo 2-C em 1 (um) cargo de Assistente Técnico de GAS, símbolo 2-C, 1 (um) cargo de Assistente Técnico de GRHS, símbolo 2-C, 3 (três) cargos de Assistente, símbolo 1-C, 4 (quatro) cargos de Assistente, símbolo 2-C e 1 (um) cargo de Assistente, símbolo 5-C.

Art. 2º - Ficam transferidos da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL para o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES 5 (cinco) cargos de Assistente Técnico, símbolo 2-C, e 1 (um) cargo de Assistente, símbolo 5-C.



GABINETE DO GOVERNADOR

Art. 3º - Ficam transformados os seguintes cargos em comissão do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES, considerados os cargos mencionados no art. 2º desta Lei: 1 (um) cargo de Diretor do Centro de Treinamento para Desenvolvimento, símbolo DAS-3, 1 (um) cargo de Assessor, símbolo DAS-5, 2 (dois) cargos de Coordenador de Centro de Estudos, símbolo DAS-5, 7 (sete) cargos de Coordenador de Centro de Projetos, símbolo 1-C, 5 (cinco) cargos de Assistente Técnico, símbolo 2-C, e 2 (dois) cargos de Assistente, símbolo 2-C, em 12 (doze) cargos de Coordenador Técnico, símbolo 1-C, 8 (oito) cargos de Assistente Técnico, símbolo 1-C e 2 (dois) cargos de Assistente, símbolo 2-C.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 26 de abril de 2011, 190º da Independência e 123º da República.

CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado



GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM N.º 16/2011

Curitiba, 26 de abril de 2011

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei dispondo sobre a transformação dos cargos de provimento em comissão que especifica, no quadro dos servidores do Poder Executivo do Estado do Paraná.

JUSTIFICATIVA

O Plano de Governo da Gestão 2010/2014 elencou dentre as Estratégias para o Desenvolvimento Estadual uma especialmente voltada ao aperfeiçoamento da gestão, com Objetivos de Governo de responsabilidade direta da SEPL, SEAP e IPARDES.

Para a SEPL estão ações governamentais pautadas em planejamento de curto, médio e longo prazos, desdobrados em planos de execução consistentes, revisão e modernização das estruturas organizacionais das Secretarias de Estado e Entidades, revisão e aperfeiçoamento dos processos de trabalho, descentralização das decisões administrativas, implementação de mecanismos de controle dos Programas e Metas estabelecidas no Plano de Governo, integração regional, tradução da agenda estratégica em planos setoriais e aumento da capacidade de captação de recursos externos.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
N/CAPITAL



GABINETE DO GOVERNADOR

Para a SEAP estão a profissionalização dos servidores públicos, a motivação dos servidores, o incentivo e valorização da produção intelectual e a realização de concursos públicos como apoio à implementação de práticas de excelência em gestão incentivo e valorização da produção intelectual. Cabe ainda a SEAP a revisão do Sistema de Previdência dos Servidores Públicos e a melhoria do Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores.

Para o IPARDES está o desenvolvimento de estudos sócio-econômicos sobre a realidade paranaense, a realização de pesquisas sobre temas estratégicos para o desenvolvimento do Estado, a identificação permanente de tendências de crescimento e elaboração de informações técnicas georeferenciadas para subsidiar a ação governamental;

O presente Anteprojeto de Lei dispõe sobre a transformação de cargos de provimento em comissão na Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL, na Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP e no Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES, como forma de retomar padrões de homogeneidade entre as Secretarias de Estado e de proporcionar um reforço às respectivas equipes técnicas, cujo detalhamento está a seguir consignado.

Primeiro, o Anteprojeto de Lei propõe a correção de uma inadequação de natureza legal em relação ao conjunto de cargos das unidades integrantes dos Sistemas Estaduais de Planejamento, de Recursos Humanos e de Administração Geral do Governo do Estado disponíveis na Secretaria de Estado da Saúde, conforme se observa:

- Grupo de Planejamento Setorial/SESA:

1 cargo de Chefe de Grupo Administrativo Setorial, símbolo 1-C
4 cargos de Assistente Técnico de Área - GPS/SESA, símbolo 2-C.

- Grupo de Recursos Humanos Setorial/SESA:

1 cargo de Chefe de Grupo de Recursos Humanos Setorial, símbolo 1-C
4 cargos de Assistente Técnico de Área-GRHS/SESA, símbolo 2-C.

- Grupo Administrativo Setorial/SESA:

1 cargo de Chefe de Grupo Administrativo Setorial, símbolo 1-C
4 cargos de Assistente Técnico de Área - GAS/SESA, símbolo 2-C.

GABINETE DO GOVERNADOR



Cabe ressaltar que a remuneração dos referidos cargos símbolo 2-C, por integrarem os Sistemas Estruturantes, tem remuneração diferenciada, que corresponde a R\$ 2.063,68.

O Anteprojeto de Lei propõe o restabelecimento do padrão técnico adotado pelo Governo do Estado para todas as demais Secretarias de Estado, ou seja:

- 1 cargo de Chefe de Grupo Setorial, símbolo 1-C
- 1 cargo de Assistente Técnico de Grupo Setorial, símbolo 2-C, observada a denominação específica para cada uma das unidades.

Em segundo, a transformação dos 8 cargos comissionados de Assistente Técnico de Área/GRHS e GAS-SESA símbolo 2-C integrantes da estrutura da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, em 2 cargos de Assistente Técnico, sendo um do GRHS e um do GAS, símbolo 2-C, para atender os Grupos Setoriais da Secretaria de Estado da Saúde. Com isto, o valor remanescente possibilitou a obtenção de 5 cargos de Assistente símbolo 1-C, 4 cargos de Assistente 2-C e 1 cargo de Assistente 5-C com o intuito de atender necessidades técnicas intimamente ligadas à execução das atividades finalísticas da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência.

Em terceiro, a transformação dos 4 cargos comissionados de Assistente Técnico de Área/GPS-SESA em 1 cargo de Assistente Técnico de GPS, símbolo 2-C destinado ao atendimento da Secretaria de Estado da Saúde. Com a agregação de 5 cargos de simbologia DAS-2 e ainda 2 de simbologia 2-C aos 3 cargos de Assistente Técnico de Área remanescentes da SESA, a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral propõe a transformação em um novo conjunto de cargos, assim composto: 8 cargos símbolo DAS-5, 2 cargos símbolo 1-C e 2 cargos símbolo 11-C. Os novos cargos resultantes da mencionada transformação serão destinados ao fortalecimento da equipe técnica da SEPL, para fazer frente a crescente demanda das demais Secretarias de Estado e das entidades da Administração Indireta por atuação especializada nas diferentes áreas de atuação programática da SEPL, correspondentes a suas Coordenações e unidades de Assessoramento.

D.L.
Fls. 05
9

GABINETE DO GOVERNADOR



Em quarto, a transferência de 6 cargos de provimento em comissão da SEPL para o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES, entidade integrante do Sistema Estadual de Planejamento, que representam um valor de R\$ 8.810,57, com a finalidade de viabilizar a implementação da nova estrutura organizacional do Instituto. Cumpre salientar que a citada remodelagem estrutural está voltada ao realinhamento técnico e operacional das importantes ações sob a responsabilidade do Instituto, que utilizou como elementos balizadores a modernidade funcional aliada a austeridade financeira (racionalidade dos custos internos), finamente ajustadas a ótica estratégica característica do Governo Beto Richa.

Finalmente, em quinto as alterações de cargos de provimento em comissão integrantes deste anteprojeto de lei **não implicarão em aumento de despesas**. No conjunto, o resultado das adequações propostas gerarão uma economia de R\$ 257,75 aos cofres públicos.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembléia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 360/11

Projeto de Lei nº. 360/11

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 016/11

Súmula: Transforma cargos de provimento em comissão da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL, da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP e do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES.

EMENTA: TRANSFORMA CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO INTEGRANTES DO QUADRO DE SERVIDORES DO PODER EXECUTIVO. INICIATIVA PRIVATIVA DO GOVERNADOR. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 65, 66 E 87 DA CE. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo tem como escopo transformar cargos de provimento em comissão da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL, da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP e no Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES, como forma de retomar padrões de homogeneidade entre as Secretarias de Estado e de proporcionar um reforço às respectivas equipes técnicas.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral

de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

A Constituição do Estado do Paraná estabelece que são de iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre a remuneração para os cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo, servidores públicos do Poder Executivo, organização e funcionamento da administração estadual, bem como provimento dos cargos públicos estaduais, nos termos dos artigos 66 e 87:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais militares para a reserva;

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei;

XVI - prover e extinguir os cargos públicos estaduais, na forma da lei e com as restrições previstas nesta Constituição;

Ademais, devemos observar que o projeto de lei complementar não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem

adequação orçamentária e financeira, tendo em vista que o Chefe do Poder Executivo declara que a remodelagem estrutural na administração estadual não importará em aumento de despesa para o Governo e sim economia aos cofres públicos.

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o Projeto de Lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

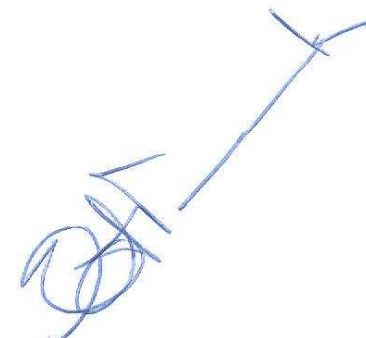
Sala das Comissões, 17 de maio de 2011.



DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE



DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
RELATOR





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 360/11

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 016/11, que objetiva transformar cargos de provimento em comissão da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL, da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP e do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES.

Convém preliminarmente salientar que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que após sua análise constitucional, legal e de técnica legislativa exarou o competente parecer favorável a matéria em tela.

No que tange a análise desta Comissão Permanente de Finanças, estabelecida no art. 33, § 3º, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, podemos observar que a matéria encontra-se devidamente justificada, e ainda que, as alterações de cargos de provimento em comissão não implicarão em aumento de despesas.

De igual modo, é importante salientar que a proposta está em consonância com o disposto na Lei Complementar nº 101/2000. (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Desta forma, opinamos pela sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões,


DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE

01/06/11

DEPUTADO ÊNIO VERRI
RELATOR



PROJETO DE LEI Nº 363/11



SÚMULA: Declara de Utilidade Pública Estadual a “Fraternidade Espírita Allan Kardec - FEAk”, com sede e foro no Município .

Art. 1º - Fica Declarada de Utilidade Pública Estadual a “Fraternidade Espírita Allan Kardec- FEAk”, com sede no Município de Campo Magro e foro no Município Almirante Tamandaré.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em 30 de março de 2011.


Valdir Rossoni
Deputado Estadual

14:24 02/05/2011 002425 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



JUSTIFICATIVA:

A presente entidade é constituída de adeptos da doutrina espírita, e tem como objeto um Centro Assistencial destinado ao desenvolvimento dos valores universais de cidadania, moral e ética da sociedade, especialmente carentes, crianças e adolescentes.

A Associação dedica suas atividades por meio da execução direta de projetos, programas ou planos de ações correlatas, bem como por meio indireto, através de auxílio financeiro a outras entidades.

Ante o exposto, esperamos contar com o apoio dos nobres pares, para que possamos aprovar a presente proposição, com a documentação pertinente em anexo.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 363/2011

Projeto de Lei nº. 363/2011

Autor: Deputado Estadual Valdir Rossoni

Súmula: Declara de Utilidade Pública Estadual a **"FRATERNIDADE ESPÍRITA ALLAN KARDEC - FEA"**, com sede e foro no Município de Almirante Tamandaré.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA
- LEI Nº 6.994/78 - REQUISITOS
PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Valdir Rossoni, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual o **"FRATERNIDADE ESPÍRITA ALLAN KARDEC - FEA"**, com sede e foro no Município de Almirante Tamandaré.

FUNDAMENTAÇÃO

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pelas Leis nº 8.589/87 e 12.816/99, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 24 de maio de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO DUILIO GENARI
RELATOR



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Deputado Bernardo Ribas Carli



PROJETO DE LEI nº 365/11

Súmula:

“Declara de Utilidade Pública a Associação dos Deficientes Físicos de Guarapuava”

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a **Associação dos Deficientes Físicos de Guarapuava**, com sede e foro no Município de Guarapuava.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 02 de maio de 2011.

BERNARDO RIBAS CARLI
DEPUTADO ESTADUAL

JUSTIFICATIVA

A **Associação dos Deficientes Físicos de Guarapuava - ADFG**, foi fundada em 12 de outubro de 1988, é uma entidade civil sem fins lucrativos.

A Associação tem por finalidade, de acordo com o seu estatuto, o desenvolvimento social, cultural e a preparação para o mercado de trabalho de seus associados, bem como representá-los junto aos poderes públicos.

Sendo o que se apresenta, esperamos contar com o apoio dos Nobres Pares para que possamos aprovar a presente proposição.

15:06 02/05/2011 002466 DDP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 365/2011

Projeto de Lei nº. 365/2011

Autor: Deputado Estadual Bernardo Ribas Carli

Súmula: Declara de Utilidade Pública a **"ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES FÍSICOS DE GUARAPUAVA"**, com sede e foro no Município de Guarapuava.

**EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA
– LEI Nº 6.994/78 – REQUISITOS
PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL NA
FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA.**

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Bernardo Ribas Carli, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **"ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES FÍSICOS DE GUARAPUAVA"**, com sede e foro no Município de Guarapuava.

FUNDAMENTAÇÃO

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pelas Leis nº 8.589/87 e 12.816/99, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba – Paraná



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

No entanto, tendo em vista que o nome correto da Associação que se pretende declarar de Utilidade Pública Estadual é **"ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES FÍSICOS DE GUARAPUAVA - ADFG"**, consoante o respectivo Estatuto Social, sugere-se a **Emenda Modificativa** em anexo, com a finalidade de adequar o nome da mesma constante na Súmula e no artigo 1º, com fulcro no artigo 137, §4º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** na forma da **Emenda Modificativa** em anexo.

Sala das Comissões, em 24 de maio de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO DÚLIO GENARI
RELATOR



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

EMENDA MODIFICATIVA - PROJETO DE LEI N.º 365/11

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, § 4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Modificativa, para contar com a seguinte redação:

"Súmula: Declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES FÍSICOS DE GUARAPUAVA - **ADFG**", com sede e foro no Município de Guarapuava.

"Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES FÍSICOS DE GUARAPUAVA - **ADFG**, com sede e foro no Município de Guarapuava.

Sala das Comissões, em 24 de maio de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO DÚLIO GENARI
RELATOR

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná